

INCLUSÃO: UM DESAFIO AO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

Silvani Staudt Ribas¹

Lisete Funari Dias²

RESUMO: Esta pesquisa busca elementos que possibilitem responder questões relacionadas à realidade dos educadores da rede básica de ensino, do município de Uruguaiiana-RS, vinculados a Educação Inclusiva. São questões tais como: há preparação, curso ou treinamento que os qualifique a trabalhar adequadamente com os alunos “inclusos”? Quais práticas de atendimento estão sendo adotadas por eles? Há suporte e assistência fornecida pela escola? Quais são as principais dificuldades enfrentadas por eles? São questões pertinentes de serem discutidas para significar o cotidiano destes profissionais. O objetivo deste trabalho foi fazer um levantamento das possíveis implicações e situações encontradas pelos profissionais da educação em seu cotidiano profissional com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam o ensino regular. Deste modo, pretende-se traçar os principais desafios encontrados por estes educadores. O tipo de abordagem metodológica para responder as questões de pesquisa foi o estudo de caso, envolvendo coleta de amostras através de um questionário aplicado a 23 profissionais em uma escola particular, três escolas da rede municipal e duas escolas da rede estadual. Procurou-se nas respostas aos questionamentos traçar um retrato das principais características dos profissionais, dos alunos de educação especial e das instituições de ensino participantes da pesquisa. A partir dos dados adquiridos, foi possível traçar o perfil da Educação Inclusiva neste município e concluir que há certa restrição na disseminação de recursos humanos qualificados e capacitados para atuar no ensino de alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chaves: Educação Especial; Profissionais da Educação; Desafios a Inclusão.

INCLUSION: A CHALLENGE FOR THE EDUCATION PROFESSIONAL

ABSTRACT: This research looks for elements to answer questions related to the reality of basic school teachers in Uruguaiiana-RS, such as: Are there any preparation, course or training that qualifies them to work properly with the included students? Which are the attempting practices being adopted by them? Are support and assistance provided by the school? Which are the main difficulties faced by them? These are relevant issues to be discussed to add a meaning of these professionals. The aim of this study is to survey the possible implications and situations named by the teachers related to their students with special educational needs, tracing the main challenges faced by teachers while working in the regular classes with included students. The methodological approach to answer this research questions was the case study that involves sample collection through a questionnaire applied on 23 education professionals of a private school, 3 municipal schools and 2 stately schools. It is expected to set the main characteristics of professionals, special education students and also institutions throughout this research. With the acquired data, it was possible to trace the profile of Inclusive Education in this city and conclude that there is some restriction on the dissemination of qualified and trained human resource to teach students with special educational needs.

Key-Words: Special Education; Education Professionals; Challenge of Inclusion.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Uruguaiiana, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Professora da Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Através das Políticas Públicas para a Educação Especial e, na perspectiva da educação inclusiva, o decreto de nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências. O mesmo estipula em seu Artigo 1º, ser dever do Estado, a educação de indivíduos com necessidade educacional especial, proporcionando a estes, o acesso gratuito à escola de ensino regular. Tal decreto visa à possibilidade do acesso ao ensino regular sem haver discriminações e distinção dos demais, assegurando o princípio de igualdade conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, há incentivo à inclusão e verbas são destinadas para modificar a infraestrutura dos espaços físicos escolares e dos materiais didáticos pedagógicos, tornando-os adaptáveis e de melhor acessibilidade aos indivíduos com deficiências. Estes espaços são atualmente denominados de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, se voltarmos o olhar aos profissionais da educação do ensino regular, podemos afirmar que estes estão aptos ao atendimento de indivíduos com alguma necessidade educacional especial? A formação docente é suficiente para qualificá-los? Há cursos de capacitação disponíveis? Como é o cotidiano e as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação ligados a Educação Especial? Estas são algumas questões pertinentes para discussão, as quais se pretende problematizar neste trabalho.

Deste modo, fez-se uso de questionários como ferramenta metodológica para a coleta dos dados desta pesquisa. Com este instrumento procurou-se respostas aos questionamentos, anteriormente citados, aplicando-o para profissionais de escolas da rede básica de ensino do município de Uruguaiana- RS. A partir dos dados adquiridos pode-se traçar um possível perfil da Educação Inclusiva neste município.

A importância desta pesquisa é justificada pela busca de elementos que possibilitem responder questões relacionadas à realidade dos educadores da rede de educação básica de Uruguaiana-RS, tais como: há preparação, curso ou treinamento que os qualifique a trabalhar adequadamente com os alunos “inclusos”? Há suporte e assistência fornecida pela escola? Quais são as principais dificuldades enfrentadas por eles? São questões pertinentes de ser discutidos para significar o cotidiano dos educadores e das instituições de ensino. Desta forma, pretende-se discutir casos que vão além do previsto nas políticas públicas, leis e decretos, partindo da hipótese de que a Inclusão constitui-se um desafio ao profissional da educação.

O objetivo deste trabalho foi fazer um levantamento das possíveis implicações e situações encontradas pelos profissionais da educação em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais e assim, traçar os principais desafios encontrados pelos professores de sala de aula regular ao trabalhar com alunos inclusos. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se averiguar as condições de trabalho dos profissionais da educação, bem como a carga horária semanal, número de turmas, formação e especializações; Apurar de forma conveniente as relações entre o professor-aluno, professor-instituição de estudo e o professor-família; Levantar sugestões para aprimoramento e a qualificação da atual forma de trabalho realizada pela instituição de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando “a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade” (BRASIL, 2008). A Educação Inclusiva possui, como objetivo geral, o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Utiliza-se de fundamentação legal, de acordo com os direitos humanitários de princípio de igualdade a todos os indivíduos, sem distinção entre os mesmos (BRASIL, 1988). Desde a Conferência de Salamanca em 1994, se discute e põe-se em prática a perspectiva de “escola para todos”, buscando instituições que incluam todas as

peças, aceitem as diferenças, apoiem as aprendizagens e respondam às necessidades individuais (UNESCO, 1994).

A fim de embasar a discussão sobre as atuais diretrizes da Educação Especial considera-se também a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Essa convenção foi ratificada pelo Brasil através do Decreto Nº 186/2008, o qual o Congresso Nacional aprova o texto da Convenção e seu Protocolo Facultativo assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2008), e também através do Decreto Nº 6.949/2009, que promulga esta mesma Convenção e seu Protocolo Facultativo pela Presidência da República, porém “os atos internacionais em apreço entraram em vigor no Brasil, no plano jurídico externo, em 31 de agosto de 2008” (BRASIL, 2009). A referida convenção possui a finalidade de promover, proteger e assegurar a efetivação da realização de medidas igualitárias a todas as pessoas com deficiência.

Deste modo a Educação Inclusiva é uma medida adotada para promover a globalização e interação de diferentes indivíduos nas instituições de ensino regular. Esta medida é assegurada por lei de acordo com o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências” (BRASIL, 2011).

O referido decreto modifica tanto as estruturas físicas como culturais, alterando também a forma organizacional da sociedade como um todo e da comunidade escolar. Tendo em vista que, anteriormente os indivíduos com alguma necessidade educacional especial eram instruídos apenas em instituições com disponibilização de trabalhos para pessoas com necessidade tanto intelectuais, quanto físicas, atualmente esta tarefa deve ser aplicada também as instituições de ensino regular. Por conseguinte, necessitou-se a modificação e adaptação dos espaços educacionais para proporcionar atendimento de qualidade e adequado aos indivíduos com necessidades educacionais especiais.

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (BRASIL, 2009)

Neste contexto, é instituído o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que se caracteriza como um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade e com objetivos elencados no Decreto Nº 7.611/2011. Os objetivos do AEE são:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Para alcançar estes objetivos, são disponibilizadas nas escolas as Salas de Recursos Multifuncionais, que é o local onde se encontram diferentes recursos e materiais de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes, público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular. Estas salas devem ser o espaço responsável pela realização do AEE mediante um (a) profissional qualificado (a) para tanto.

O AEE deve ser ofertado aos educandos, preferencialmente, no turno inverso ao da classe regular. É importante ressaltar que o AEE não é um reforço do conteúdo da sala de aula. Deve-se ser ofertado de forma complementar ou suplementar à escolarização.

É assegurando aos estudantes, público alvo da educação especial, a matrícula nas classes comuns e a oferta do atendimento educacional especializado previsto na escola. Sendo assim, os alunos da Sala de Recursos serão contabilizados duplamente em sua matrícula escolar. De acordo com o previsto no Art. 9º do decreto 7611/2011 a seguinte condição “para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011).

Entende-se por público alvo da educação especial, segundo o inciso § 1 do decreto 7611/2011, “as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2011). Logo, são caracterizados alunos com deficiência aqueles que possuem limitações tanto física, quanto mental, intelectual ou sensorial de longo prazo. Não se configura alunos deficientes aqueles que possuem eventuais limitações. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento apresentam dificuldades e/ou limitações na realização de interações sociais e comunicar-se entre indivíduos, podendo apresentar também comportamentos estereotipados e repetitivos, cita-se como exemplo indivíduos com autismo e síndrome do espectro do autismo. Já alunos com altas habilidades/superdotação são indivíduos que possuem destaque em algumas áreas do conhecimento, por vezes do seu interesse, e podem apresentar elevada criatividade e destaque em na liderança, psicomotricidade, artes. Podem-se citar como exemplo os alunos presentes neste grupo de deficientes, os que apresentam dislexia, discalculia, hiperatividade, entre outros (BRASILIA, 2008).

De modo geral, o Atendimento Educacional Especializado visa eliminar os obstáculos encontrados no processo de escolarização de estudantes da Educação Especial através da elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, proporcionando a plena participação destes indivíduos. O Atendimento Educacional Especializado é um complemento a formação estudantil. Estas ações não devem ser desenvolvidas isoladamente das outras ações escolares e sim integrar-se as ações pedagógicas e envolver a interação dos familiares no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Por conseguinte, a partir dos Decretos Legislativos de nº186/2008 e nº 7.611/2011, anteriormente mencionados e que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência, um novo desafio é lançado aos profissionais da educação básica do ensino regular. Neste contexto, o atual sistema educacional desafia os educadores a estarem em constante atualização para aprimorar as suas técnicas de ensino-aprendizagem, adequar-se a nova realidade e modificar o seu cotidiano de trabalho.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa selecionou profissionais da educação básica com o perfil de estarem ligados à Educação Especial. Participaram dessa pesquisa os profissionais da educação bem como: estagiários de inclusão, membros da equipe diretiva (diretores, coordenador pedagógico, supervisor), professores (da classe regular, sala de recursos ou professor apoiador) do ensino regular de escolas, municipais, estaduais e uma particular do Município de Uruguaiana/RS. Estas Escolas foram previamente contatadas a fim de solicitar sua concordância para participar da pesquisa e, a escolha destas escolas está relacionada ao prévio conhecimento de que as mesmas possuem em sua estrutura física a sala de Atendimento Educacional Especializado e/ou atendem alunos com deficiências.

O tipo de abordagem metodológica para responder as questões de pesquisa, relativas aos desafios profissionais destes professores, foi o estudo de caso envolvendo coleta de amostras em uma escola particular, três escolas da rede

municipal de ensino e duas escolas da rede estadual de ensino. Os sujeitos alvo da pesquisa foram convidados, individualmente, a participar, confirmando o seu interesse através da assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento. Logo após a assinatura do termo, para a realização da coleta dos dados, foi entregue a cada um dos participantes um questionário. Estes questionários possuem no total de 18 questões abertas. Onde os participantes puderam responder a perguntas referentes à sua carreira profissional, formação acadêmica, jornada de trabalho, experiências educacionais, sugestões e opiniões para a Educação Especial.

No total foram distribuídos 23 (vinte e três) questionários entre os indivíduos participantes da pesquisa das diferentes instituições de ensino. Porém não obtivemos retorno de quatro questionários entregues à Instituição de Ensino particular, pois os mesmos não estiveram à disposição em tempo hábil.

Este estudo caracteriza-se como um estudo exploratório, descritivo e qualitativo. Exploratório porque permitiu ao investigador aumentar sua visão em torno do problema em questão (Inclusão: um desafio ao profissional da educação). Descritivo e qualitativo, porque descreve qualitativamente sobre as respostas coletadas na pesquisa com os profissionais da educação.

A análise dos dados foi feita através da Análise Textual Discursiva, uma metodologia usada em pesquisas qualitativas (Moraes, 2003). Para tanto, utilizou-se dos seguintes elementos para a realização da análise: Desmontagem dos textos e estabelecimento de relações entre eles, a fim de captar as conclusões a serem apresentadas neste trabalho. Deste modo, o estudo apresenta os resultados como um recorte de uma realidade.

4 ANÁLISE, DISCUSSÃO E RESULTADOS

Dentro deste recorte, pretende-se demonstrar e relatar as práticas desenvolvidas pelos pesquisados e/ou sugerir-las no âmbito do ensino de indivíduos com necessidades educacionais especiais. A partir das respostas dos questionários pudemos separá-las em categorias e discutir as questões iniciais deste trabalho: há preparação, curso ou treinamento que os qualifique a trabalhar adequadamente com os alunos inclusos? Quais práticas de atendimento estão sendo adotadas por eles? Há suporte e assistência fornecida pela escola? Quais são as principais dificuldades enfrentadas por eles? Esta categorização possibilita realizarmos a argumentação de acordo com cada tópico listado a seguir:

Formação Continuada/ Graduação Acadêmica em Educação Especial

Dentre os participantes da pesquisa, a maioria afirmou que não possui formação acadêmica na modalidade de Educação Especial, exceto os professores atuantes na sala de recursos, pois é um pré-requisito para desenvolver o Atendimento Educacional Especializado. Porém com relação à formação continuada, cursos ou seminários, a maioria dos profissionais da educação afirma não possuir este tipo de curso à disposição, raramente são ofertados pela Secretaria Municipal de Educação. Algumas das escolas promovem durante suas reuniões pedagógicas formas de orientação sobre este trabalho.

Mesmo sem formação específica, os sujeitos da pesquisa relatam já que possuíram alunos com algum tipo de deficiência quando atuaram na classe regular de ensino.

A Sala de Recursos Multifuncional

Das cinco escolas, das quais obtivemos retorno através dos questionários, sendo três municipais e duas estaduais, quatro possuem a sala de recursos e somente uma escola estadual não possui. As outras escolas já contam com o Atendimento Educacional Especializado para os seus alunos, com profissionais qualificados e diversos materiais à disposição como: jogos, computadores com programas adaptados com softwares com atividades que desenvolvam o raciocínio lógico e específico para

certas atividades com alunos cegos, com baixa visão, mesa para alunos cadeirantes, materiais para trabalhar equilíbrio e coordenação, rampas de acesso, bem como luzes, sinalizadores e telefone para alunos surdos.

As maiorias destas estruturas são financiadas através de recursos federais gerenciados pelas instituições municipais.

Diagnósticos dos alunos

O diagnóstico clínico dos alunos, por vezes é comunicado pelos familiares quando os mesmos ingressam na instituição de ensino ou através da observação do professor da classe regular ao identificar alguma dificuldade na aprendizagem. Através desta identificação, este aluno é encaminhado para a realização de uma testagem pela Coordenação Pedagógica, que encaminham ou orientam os familiares a procurarem a rede de saúde para obtenção do diagnóstico especializado do possível problema.

As testagens não são apenas realizadas quando identificados alunos com dificuldades de aprendizagem. Algumas instituições adotam essa prática com frequência para todos os alunos. Além disso, a realização destas testagens serve de mecanismo para reconhecimento de alunos com dificuldades de aprendizagem, que são utilizadas pelas instituições de ensino como forma de atendimento individual, no qual podem ser percebidas certas limitações de cada um.

É ressaltada, por alguns dos sujeitos da pesquisa, a importância da obtenção de um diagnóstico clínico do aluno, pois possibilita ao professor a realização de um trabalho de qualidade. Assim, auxilia o desenvolvimento deste aluno nas suas áreas com dependência e também potencializa as suas peculiaridades.

Professor do AEE x Professor da Classe Regular

As escolas que possuem a sala de recursos contam com profissionais qualificados em todos os turnos de funcionamento da escola. Em algumas escolas estes profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) possuem apenas 20h de sua carga horária semanal de trabalho na instituição. Os professores do AEE, como se sabe, atendem aos alunos no turno inverso. Sendo assim, estes não possuem contato com os professores da classe regular dos alunos atendidos.

Cita-se, pelos entrevistados, ser fundamental a troca de informações entre estes dois profissionais, a fim de oportunizar o pleno desenvolvimento dos alunos. No caso de haver uma barreira entre a comunicação dos professores (AEE e Classe regular), as instituições encontram formas alternativas para poder proporcionar a troca de informações, utilizando-se de outros profissionais da escola, como por exemplo, os auxiliares de inclusão que possuem carga horária de 30 horas semanais, transitando entre os dois turnos da escola, ou através da troca de recados e bilhetes entre a coordenação pedagógica, direção escolar e os professores da classe regular e do AEE.

Os auxiliares de inclusão são estagiários contratados pela rede municipal de ensino em parceria com o Centro de Integração Empresa e Escola (CIEE). Estes estagiários devem estar com a graduação em andamento, preferencialmente licenciatura.

Observa-se ainda que, em uma das escolas, onde a professora de AEE possui carga horária de 40 horas, há uma melhor relação entre todos os profissionais da educação, tanto com a direção, coordenação pedagógica, supervisão, quanto com o professor de classe regular, professor apoiador e o professor da sala de recursos. A troca de informações é mais eficiente, pois é realizada pessoalmente. Além disso, possibilita a socialização de sugestões para atividades a serem desenvolvidas e esclarecimento de dúvidas quanto às dificuldades enfrentadas pelo aluno, seja com relação ao conteúdo ou forma de abordá-lo.

A Família e a Instituição de Ensino

A maioria das instituições de ensino alega não contar com a participação ativa dos familiares dos estudantes nas atividades escolares. Ainda afirmam que, é importantíssimo o envolvimento dos familiares na vida escolar de qualquer estudante para garantir o sucesso na educação. Em especial, para os alunos com necessidade educacional especial, é imprescindível a participação da família.

Relata-se que algumas famílias possuem certa resistência em aceitar as dificuldades e/ou limitações que aluno/familiar apresenta. Há famílias que não se interessam e/ou não se mobilizam para buscar acompanhamento médico necessário, tais como: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos, neurologista, entre outros. Sendo assim, este aluno não possui o diagnóstico preciso de seu quadro clínico. Há também, familiares que, por vezes são relapsos ao encaminhar o aluno/familiar com frequência e assiduidade à sala de Atendimento Educacional Especializado. Este comportamento é justificado, pelos entrevistados, pelo fato de alguns familiares terem a concepção de que somente o ensino disponibilizado pela classe regular é suficiente para o pleno desenvolvimento do aluno incluso. Desta forma, este não usufrui do atendimento especializado individualizado, complemento que é essencial à sua formação.

Ao serem observadas tais atitudes, a instituição de ensino promove reuniões e diálogos com os familiares, a fim de fazê-los entender a extrema importância de um atendimento médico adequado e da assiduidade dos alunos na sala de aula regular e do AEE. Foi enfatizado que, a não realização destas tarefas, traz dificuldades para que a escola oportunize a evolução da aprendizagem deste aluno.

Por outro lado, de modo em geral, os integrantes das escolas e participantes desta pesquisa declaram que as escolas são acessíveis às mudanças, organização e modificação de estruturas físicas e metodológicas para aperfeiçoar e proporcionar espaços adequados aos alunos com necessidade especial. Mostram-se receptivas para a realização de atividades diferenciadas e aquisição de novos materiais que atendam a demanda e as necessidades dos professores e alunos. Os professores da Sala de AEE declaram-se dispostos e prestativos a discutir e responder a cerca de qualquer dúvida sobre a Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese deste trabalho está baseada no fato da inclusão se constituir em um desafio ao educador. Partindo deste princípio, procurou-se responder os problemas aqui levantados, averiguando se há efetivamente a preparação, curso ou treinamento para qualificar os profissionais da educação no trabalho com os alunos inclusos. Quais práticas de atendimento estão sendo adotadas por eles? Há suporte e assistência fornecida pela escola? Quais são as principais dificuldades enfrentadas por eles? Ou seja, questões relacionadas às políticas públicas que instituem o AEE, investigando os principais desafios enfrentados por estes profissionais em seu cotidiano.

Pode-se observar a importância do preparo dos professores, tanto da classe regular, quanto dos professores apoiadores e estagiários do AEE, para a efetiva inclusão de alunos com deficiência educacional, pois cursos de formações adequados possibilitariam maior segurança na organização de atividades diferenciadas em sua classe.

Constitui-se um fato, o aprendizado de cada aluno, a seu tempo, sendo assim, o professor deve estar atento a desenvolver um currículo individualizado e saber avaliar diferentes estratégias visando o cooperativismo e igualdade entre os alunos. A inclusão de um aluno com deficiência educacional vai além de apenas ensinar lhe conceitos, mas sim, proporcionar-lhe a integração com os demais alunos da classe regular. Medidas pedagógicas devem ser reformuladas para promover sua integração social, sem oportunizar ou tolerar atos de discriminação. Estes são princípios básicos da Educação Inclusiva que poderiam ser potencializados mediante um acompanhamento e desenvolvimento de formações pedagógicas mais frequentes.

Para o professor possuir suporte ao desenvolvimento do seu trabalho, é necessário haver mais interesse e comprometimento das mantenedoras escolares em promover formações pedagógicas. A criação de cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação por outras instituições é de suma importância para a formação continuada destes profissionais, sendo necessária também sua constante atualização.

É importante ressaltar que, há necessidade do professor da classe regular possuir conhecimento do quadro clínico e das características peculiares do aluno com necessidades especiais, pois somente deste modo poderá desenvolver um currículo adequado a este aluno. No entanto, segundo os entrevistados, existe um número restrito de profissionais na rede pública de saúde, dificultando desta forma, os pareceres médicos.

Quanto aos familiares, conclui-se sobre a importância de se fazerem presentes na vida escolar de seus filhos, pois a escola e professor não podem ser únicos responsáveis pela eficiência no ensino. Como vimos pelos relatos dos professores, vários afirmam ser a presença da família de extrema importância para o desenvolvimento do indivíduo por completo, interligando as ações da escola com a da família e promovendo ações de cooperativismo. Quando a família é participativa, interessada e disposta a oportunizar um ensino de qualidade ao seu familiar estudante, os efeitos deste ato são observados no desenvolvimento mais significativo da aprendizagem e convívio social do aluno. Este aluno irá possuir assistência médica adequada, e deste modo, o professor também terá acesso e conhecimento das limitações. Com isto, poderá planejar possíveis estratégias metodológicas para serem utilizadas no ensino-aprendizagem deste aluno.

Portanto, conclui-se com este trabalho que, para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Somente o envio de verba e disponibilização de materiais ou recursos não é o suficiente. É importante investir na qualificação destes profissionais. Desta forma, considera-se que a hipótese inicial deste trabalho, que considera a inclusão como um desafio ao profissional da educação, se confirma.

Objetiva-se também que, estas informações, ao serem publicadas possam colaborar com a literatura já existente na área de Educação Especial. Além disso, os resultados serão socializados nas escolas participantes, se assim consentirem.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> Acesso em: outubro de 2013.
- _____. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em abril de 2014.
- _____. Ministério da Educação. *Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: MEC, 2009.
- _____. Ministério da Educação. *Decreto Legislativo nº 186, de 2008*. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: setembro de 2013.
- _____. Ministério da Educação. *Decreto Legislativo nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm > Acesso em: agosto de 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: < http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf > Acesso em: agosto de 2014.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília 2007. Disponível em: < http://www.ulbra.br/acessibilidade/files/cartilha_onu.pdf > Acesso em: agosto de 2014.

MORAES, R. *Uma Tempestade de Luz: A compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva*. Revista Ciência e Educação, v 9, n.2, p. 191. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>>. Acesso em: maio de 2014.